



TJRN 'rechaça manobra' para venda de terreno na Via Costeira

Justiça Estadual interrompeu o processo de venda de um terreno estatal avaliado em pelo menos R\$ 10 milhões. O caso veio à tona após o Tribunal de Contas tornar pública a negociação do imóvel, que pertence ao Governo do Rio Grande do Norte **PÁGINA 03**



Foto: Freepik

PERIGO

**ALERTA NO RN: QUASE
METADE DOS ADOLESCENTES
JÁ EXPERIMENTOU ÁLCOOL,
APONTA IBGGE**

**Estudo revela também a presença
crescente do cigarro eletrônico
entre jovens de 13 a 17 anos**

PÁGINA 2

Foto: Whisk

TECNOLOGIA

**CAMPANHAS ELEITORAIS
ENCARAM INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL COMO GRANDE
DESAFIO PARA 2026**

**Justiça Eleitoral atualizou normas
para evitar desinformação e o mau
uso da ferramenta**

PÁGINAS 5 e 6**AMBIENTE**

**PESQUISA USA
REDES SOCIAIS
PARA MAPEAR
DERRAMAMENTOS
DE PETRÓLEO NO
BRASIL **PÁGINA 7****

JUSTIÇA

**CNJ DETERMINA
QUE TJRN REGULE
"INDÚSTRIA LIMPA
NOME"
PÁGINA 2**

TERRA

**JUSTIÇA FEDERAL
VOLTA A NEGAR
REINTEGRAÇÃO DE
ÁREA OCUPADA
PELO MST
PÁGINA 11**

TEATRO

**MARCELO SERRADO
APRESENTA A
COMÉDIA "TERAPIA"
NO TAM
PÁGINA 12**

DANIELA FREIRE

**GOVERNISMO TORCE
QUE QUEDA NA
DESAPROVAÇÃO DE
FÁTIMA VIRE TENDÊNCIA**

PÁGINA 4**RODRIGO LOUREIRO**

**MARINA
ELALI LANÇA
NOVO CLIPE
PÁGINA 10**

**DIEGO BRENO**

**O DIVÓRCIO
INEVITÁVEL
NO ABC
PÁGINA 11**



Alerta no RN: quase metade dos adolescentes já experimentou álcool, diz pesquisa do IBGE

LEVANTAMENTO FEITO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) MOSTRA INÍCIO PRECOCE DO CONSUMO ENTRE ESTUDANTES POTIGUARES E REVELA TAMBÉM A PRESENÇA CRESCENTE DO CIGARRO ELETRÔNICO ENTRE JOVENS DE 13 A 17 ANOS

Foto: Divulgação

Quase metade dos adolescentes do Rio Grande do Norte já teve contato com bebidas alcoólicas. É o que mostram dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2024), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o levantamento, 44,7% dos estudantes potiguaros entre 13 e 17 anos afirmaram já ter experimentado álcool pelo menos uma vez na vida.

A pesquisa reúne informações de alunos de escolas públicas e privadas em todo o país e investiga hábitos, comportamentos e fatores que podem influenciar a saúde e o bem-estar dos estudantes.

Outro ponto que chama atenção é a idade em que ocorre o primeiro contato com a bebida. No RN, 20,6% dos estudantes disseram ter experimentado álcool aos 13 anos ou antes, indicando que parte dos adolescentes começa a consumir álcool ainda nos primei-

ros anos da adolescência.

Além disso, mais de um terço dos estudantes relatou já ter passado por episódios de embriaguez ao longo da vida, dado que reforça a preocupação de especialistas sobre os impactos desse comportamento em fase de desenvolvimento.

Além do consumo de álcool, a PeNSE identificou o contato de adolescentes com outros produtos que podem representar risco à saúde. No RN, 22,7% dos estudantes afirmaram já ter experimentado cigarro eletrônico. O levantamento também registrou, em menor proporção, relatos de uso de cigarro tradicional e outras formas de fumo.

O avanço desses dispositivos entre jovens tem despertado atenção de profissionais da área de saúde, principalmente devido à popularização desses produtos e à percepção equivocada de que seriam menos nocivos do que o cigarro convencional.



No RN, segundo o IBGE, 20,6% dos estudantes disseram ter experimentado álcool aos 13 anos ou antes

Impactos do consumo precoce

Especialistas alertam que o contato com álcool e outras substâncias em idades mais jovens pode trazer consequências para o desenvolvimento físico e mental.

De acordo com análises do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (Cisa), o início precoce do consumo está associado a maior probabilidade de déficits cognitivos, envolvimento em comportamentos de risco e desenvolvimento de transtornos mentais e comportamentais ao longo da vida.

Dados analisados pela insti-

tuição indicam que, entre 2017 e 2022, o Sistema Único de Saúde (SUS) registrou 29.991 internações de adolescentes no Brasil por transtornos mentais e comportamentais relacionados ao uso de substâncias.

Grande parte desses atendimentos ocorreu em situações de urgência, sendo a intoxicação aguda um dos quadros mais frequentes. O levantamento também aponta que 72,1% das internações envolveram adolescentes do sexo masculino, com maior incidência entre jovens de 15 a 19 anos.

Influência do ambiente social

Pesquisadores apontam que diversos fatores podem aumentar a vulnerabilidade de adolescentes ao consumo de álcool e outras drogas. Entre os aspectos mais associados a esse cenário estão situações de

vulnerabilidade econômica, exposição à violência e ambientes familiares instáveis. Esses fatores podem favorecer o início precoce do contato com substâncias psicoativas.

Diante desse quadro, espe-

cialistas defendem o fortalecimento de ações preventivas, orientação às famílias e programas educativos nas escolas, com o objetivo de reduzir o consumo precoce e proteger a saúde física e mental dos jovens.

Saúde mental e desafios escolares

A pesquisa também analisou aspectos relacionados ao bem-estar emocional e à rotina dos estudantes.

Parte dos adolescentes relatou sentir tristeza com frequên-

cia, preocupação constante com problemas do dia a dia e dificuldades no ambiente escolar.

Para pesquisadores, esses indicadores ajudam a compreender melhor os desafios en-

frentados pelos jovens e reforçam a importância de políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental e ao acompanhamento dessa faixa etária.

Expediente



Direção Executiva
Jean Valério
Direção Administrativa
Jeanny Damas
Diretora de Redação
Cristiane Macêdo

Editor
Jalmir Oliveira
Diagramação
Terceirize Editora
Departamento comercial
84 99428-4273

Av. Prudente de Moraes 5121, Lagoa Nova, Natal-RN, CEP 59064-625 – ARENA DAS DUNAS
www.novonoticias.com.br | pauta@novonoticias.com.br
Tel. 84 32016613 | ZapNovo 84 99226-4627

PRINCIPAIS DADOS DA PESQUISA NO RN

44,7% dos estudantes de 13 a 17 anos já experimentaram bebida alcoólica

20,6% tiveram o primeiro contato com álcool aos 13 anos ou antes

Mais de um terço relatou já ter passado por episódios de embriaguez

22,7% afirmaram já ter experimentado cigarro eletrônico

Dados incluem estudantes de escolas públicas e privadas

TJRN “rechaçou manobra” para negociar terreno na Via Costeira por até R\$ 10 milhões

VOTO APROVADO NO TCE REVELA COMO EMPRESÁRIOS TENTARAM NEGOCIAR TERRENO PERTENCENTE AO ESTADO QUE FICA NA VIA COSTEIRA

EVERTON DANTAS
DO NOVO NOTÍCIAS

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) “rechaçou” uma “manobra” que visava a venda de um terreno de propriedade do Estado por até R\$ 10 milhões. O caso é uma das muitas histórias que envolve a concessão de terrenos públicos na Via Costeira e permaneceu desconhecida até o dia 24 de março deste ano, quando o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) levantou sigilo sobre o voto do conselheiro Antonio Ed Souza Santana.

Há cerca de duas semanas, o NOVO Notícias mostrou em primeira mão o caso de um desses terrenos, que estaria sendo anunciado para venda por até R\$ 35 milhões em redes sociais. E, analisando o voto do conselheiro Antônio Ed Santana, verificou que essa não foi a única tentativa de negociar um bem público do tipo.

De acordo com o documento, a história envolve a empresa Parque das Dunas Ltda. Segundo os autos, em 2005, a firma celebrou um “Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda tendo por objeto a própria gleba estatal em favor do Sr. Ernesto Carlos Martin Ferro, cidadão espanhol, no valor de R\$ 5.000.000,00”.

Em seu voto, o conselheiro do TCE-RN já anota que “tal conduta configura alienação de coisa alheia” e que uma das obrigações



TCE suspendeu atos administrativos que concederam novos prazos a concessionárias de terrenos na Via Costeira

das concessionárias de terrenos na Via Costeira era exatamente “não transferir no período de concessão de uso, seja qual for a hipótese, o domínio, uso da gleba de terra de que trata o contrato, a terceiros, sob pena de rescisão automática independente de indenização”.

Para Antônio Ed Santana, a simples existência de compromisso de compra e venda já “representaria causa da extinção do vínculo e reversão imediata da gleba” ao Estado. Mas não foi isso que aconteceu. Em consulta a um processo judicial, o conselheiro descobriu que os envolvidos no negócio promoveram uma “tentativa de burlar a Cláusula VIII”.

“As partes formalizaram, em 30/04/2007, o ‘1º Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Bem Imóvel’” e “por meio deste

aditivo, a transação de promessa de compra e venda do imóvel foi mascarada como uma cessão da integralidade das quotas sociais, sem qualquer participação ou autorização do Estado no referido documento, incorrendo na mesma irregularidade já fundamentada para as empresas CM Empreendimentos Ltda. e Zenário Costeira Empreendimentos Turísticos Ltda”, conta.

De acordo com os documentos, “em 30/05/2007, a composição societária passou a ser detida em 99% pelo Sr. Ernesto Carlos Martin Ferro e 1% por sua esposa, transferindo-se, por via transversa e sem anuência estatal, o controle da área pública pelo valor de R\$ 5.000.000,00 — valor da promessa da compra e venda, embora tenham atribuído os sócios retirantes e naquele momento os sócios admitidos, o capital social total da

empresa de apenas R\$ 122.069,00”.

“Submetida ao crivo do Poder Judiciário, a manobra foi rechaçada”, afirma Carlos Ed Santana.

O TJRN declarou que o contrato tinha como “objeto bem de propriedade do Estado, sendo juridicamente impossível sua alienação por particular, e que o aditivo societário serviu apenas como ‘manto’ para encobrir a ilegalidade”.

No Acórdão, o Tribunal se manifestou da seguinte maneira: “As provas colhidas pelos litigantes levam à convicção da simulação perpetrada no negócio jurídico firmado entre as partes no ano de 2007, com vistas a burlar a vedação de alienação de bem público”.

Após isso, as partes envolvidas celebraram um acordo homologado judicialmente “que previu o pagamento de R\$ 10 milhões atualizados”.

TCE determina providências administrativas

No voto aprovado visando o encerramento das concessões de terrenos na Via Costeira, ficou definido que deverão ser tomadas todas as providências administrativas visando “a imediata retomada de todos os imóveis das concessionárias (CM Empreendimentos Ltda., Costeira Palace Hotel S/A, G5 Planejamentos e Execuções Ltda., Hotel Parque das Dunas Ltda., Paulistânia Hotéis e Turismo Ltda., Zenário Costeira Ltda. e Ignez Motta de Andrade/OWL Comercial Ltda)”.

Cabe à DATANORTE, em 20 dias úteis, instaurar os processos para a retomada da posse e extinguir o vínculo de cada um dos imóveis. Se não fizer isso, haverá multa de R\$ 1 mil por dia contra seu diretor. A companhia também precisa, em 90 dias úteis, apresentar Plano de Ação Estratégico e de Destinação Imobiliária.

“Este plano deve contemplar todas as áreas inativas (não apenas as do processo atual), estabelecer a modelagem para realização de novas licitações com exigências rigorosas de garantias de execução e um cronograma para regularização dos registros”, ficou definido. Caso o prazo não seja cumprido, ficou determinada a aplicação de multa de R\$ 1 mil por dia contra o diretor da companhia.

Além disso, o TCE-RN encaminhou cópias integrais do processo ao Ministério Público Estadual (PGJ/RN) e ao Ministério Público Federal (PR/RN) “para que adotem as providências cabíveis em suas esferas de atuação”.

“Situação fática alarmante”

Um detalhe curioso: os advogados do caso conseguiram o sigilo deste processo. Mas as informações foram obtidas porque “a íntegra da minuta encontra-se disponível no Processo Judicial nº 0802971-58.2021.8.20.0000 2ª instância do TJRN (ID 8923028, pág. 77/101), onde se discutiu o cumprimento da avença”.

O conselheiro destaca ainda algo que classificou como “situação fática alarmante”. “O Sr. Ernesto Carlos Martin Ferro, o promitente comprador, esteve

na posse direta do imóvel público desde o ano de 2005, vindo a devolvê-lo ao Hotel Parque das Dunas Ltda. apenas naquele momento (2019), com o consequente desfazimento das alterações societárias simuladas”.

“A movimentação das cifras que alcançaram os R\$ 10 milhões confirma que a área pública foi tratada como ativo de intensa especulação imobiliária”, afirma Antônio Ed Santana. E acrescenta: “Diante de inadimplemento de tamanha gravidade e da simulação compro-



Conselheiro Antônio Ed Santana

Foto: Divulgação/TCE

vada de título concessório, a situação impõe a extinção da concessão por caducidade (...) autorizando a retomada do imóvel ao Estado”.

Em sua defesa, no TCE-RN, a empresa alegou que o Tribunal de Contas não teria competência para suspender os efeitos do termo aditivo assinado em 2024, pois a validade desse instrumento já estaria sendo analisada pelo Poder Judiciário. E também que a intervenção administrativa atual violaria a separação dos poderes, a coisa julgada e a segurança jurídica.



DANIELA FREIRE

ADVERSÁRIO DE SI

A semana que passou não foi nada boa para o senador Styvenson Valentim (PSDB) e para a sua candidatura à reeleição. O comportamento de “já ganhei” adotado por ele, por conta de sua liderança disparada nas pesquisas para o Senado, tem colocado-o como o principal adversário de si mesmo. Ao menos três episódios chamaram os holofotes negativos para o parlamentar: o primeiro foi ter dito, em discurso no município de Parelhas, que “Coronel não faz nada” e que “ganha dinheiro fácil”.

PM DE BAIXO NÍVEL

A fala em Parelhas rendeu uma exposição extremamente negativa para Styvenson, com notas de repúdio da Polícia Militar do Rio Grande do Norte e da Associação de Oficiais Militares do Estado, anunciando a todos o comportamento reprovável do passado do senador, quando era militar. “Ele pertencia ao baixo nível do oficialato”, afirmou o Coronel Moreira, presidente da Associação, que expôs os ‘podres’ de Styvenson Valentim, como o de ter sido punido disciplinarmente “várias vezes” e ter dado calote na formatura de sua turma, entre outros.

GANHAR SEM TRABALHAR

Pior, a associação lembrou que Styvenson tentou receber salário como se tivesse trabalhado 30 anos na Polícia Militar, quando, na prática, serviu apenas 15 anos. O caso virou símbolo daquilo que muitos definem como tentativa de privilegiar o foro militar e subir benefícios, mesmo com metade do tempo de carreira.

ERROU NA MIRA POLÍTICA

Outro momento péssimo para o senador Styvenson Valentim foi quando ele questionou a verba de R\$ 36 milhões que o Governo Fátima Bezerra utilizará com publicidade. Mirou na governadora e atingiu o consórcio de mídia potiguar, que rebateu com nota dura, ressaltando a desinformação propagada pelo senador ao abordar o assunto. “O debate público exige responsabilidade, coerência e compromisso com a verdade”, diz a nota, que ressalta: o gasto da gestão estadual com publicidade representa 0,14% do orçamento e cumpre dever legal.

HIPOCRISIA ESCANCARADA

A associação de mídia fez mais, mostrou a hipocrisia de Styvenson Valentim, que critica o que ele próprio faz: utiliza verba pública para promover as realizações de seu mandato. E ele não economiza. De acordo com levantamento do portal “O Potiguar”, Styvenson lidera em gastos com publicidade entre os três senadores do Rio Grande do Norte.

IGNORÂNCIA EXPOSTA

Styvenson também tropeçou ao culpar Fátima por baixos índices de alfabetização, quando, na realidade, a educação básica é responsabilidade dos municípios. Ao atacar a governadora, ele acabou atingindo justamente o seu candidato a governador, Álvaro Dias, sindicato como prefeito que deixou Natal com indicadores educacionais fracos.

VINTE ANOS DEPOIS...

Pela primeira vez, Styvenson será vitorioso em uma disputa: em 2006, perdeu para Wilma de Faria depois de ser

tratado como “governador de férias”. Em 2026, poderá sofrer o mesmo destino, agora como “senador de férias”, caso não corrija o tom e a estratégia de campanha.

DESCIDA?

Uma nova pesquisa Seta/O Potiguar, divulgada em abril, mostrou uma queda na desaprovação de Fátima Bezerra: de 62,6% em março para 55,9% no levantamento de abril. A aprovação subiu de 30,6% para 32,7%, dentro da margem de erro, indicando um possível movimento de recuperação que o governo espera que se torne constante até a campanha.

JANELA FECHADA

Com a janela partidária encerrada, a Federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB) ganhou três deputados e perdeu um no Legislativo estadual. Dr. Bernardo, Ubaldo Fernandes e Ivanilson Oliveira se filiaram ao PV, fortalecendo o polo governista ligado a Cadu Xavier e Álvaro Dias. Já o PSDB do presidente da Casa, Ezequiel Ferreira, viu seu espaço encolher no novo arranjo político.



NOSSA HISTÓRIA É ESCRITA JUNTOS

VAMOS ABRAÇAR O AUTISMO

UMA CAMPANHA

NATAL PREFEITURA

VEREADOR DANIEL SANTIAGO Na rua, ao seu lado!

O MANDATO DO AUTISMO

Instituto De Blue

APOIO: NOVO NOTÍCIAS

Eleições 2026: entre inovação e fiscalização, campanhas políticas enfrentam novo desafio com uso da inteligência artificial

JUSTIÇA ELEITORAL ATUALIZA NORMAS PARA EVITAR DESINFORMAÇÃO E PREVÊ CASSAÇÃO DE MANDATO PARA CANDIDATOS QUE DESCUMPRIREM AS REGRAS DE TRANSPARÊNCIA; ESPECIALISTAS FALAM DE COMO A TECNOLOGIA VAI INFLUENCIAR CAMPANHAS

MARLINE NEGREIROS
DO NOVO NOTÍCIAS

As eleições gerais de 2026 devem consolidar um novo capítulo na comunicação política brasileira. Se nas disputas anteriores as redes sociais já ocupavam papel central, neste pleito a inteligência artificial (IA) surge como protagonista — ampliando possibilidades de produção de conteúdo, segmentação de mensagens e análise de dados, mas também elevando o risco de desinformação e exigindo maior atenção às regras da Justiça Eleitoral.

O cenário tem provocado uma reorganização das estratégias de campanha e do próprio ambiente jurídico eleitoral. Ao mesmo tempo em que a tecnologia democratiza ferramentas antes restritas a grandes estruturas políticas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reforçou normas para garantir trans-

parência, equilíbrio e integridade do processo democrático.

Segundo o presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/RN, Fabrício Bruno, a presença massiva da inteligência artificial nas campanhas é inevitável. “As redes sociais são a nova arena política com a digitalização das campanhas eleitorais. É quase impensável, especialmente numa eleição geral como a de 2026, uma campanha sem uso da internet”, afirma.

Ele avalia que a facilidade de produção de conteúdo com ferramentas automatizadas deve provocar uma avalanche de materiais digitais durante o período eleitoral.

“Considerando esse novo ambiente e a acessibilidade na produção de conteúdo por IA, haverá uma enxurrada de produções. Contudo, essas ferramentas podem ser benéficas ou malélicas, já que podem produzir criações lícitas ou desinformação”, observa.



Foto: Reprodução/Whisk

Inteligência Artificial já tem provocado uma reorganização das estratégias de campanha

Transparência passa a ser obrigação

Uma das principais exigências do TSE para as eleições deste ano é a obrigatoriedade de informar, de forma clara e visível, quando um conteúdo eleitoral tiver sido produzido ou manipulado com inteligência artificial. A medida busca evitar confusão entre materiais autênticos e conteúdos sintéticos com aparência realista.

Além disso, a Resolução nº 23.610/2019, atualizada para o pleito de 2026, determina a proibição da circulação de novos conteúdos sintéticos com imagem, voz ou manifestação de candidatos ou pessoas públicas nas 72 horas anteriores e nas 24 horas posteriores ao encerramento da votação.

Também estão proibidas produções que difundam fatos sabidamente inverídicos ou descontextualizados com potencial de comprometer o equilíbrio do pleito. Outro ponto relevante é a vedação ao uso de conteúdos sintéticos — mesmo autorizados — que alterem imagem ou voz de pessoas vivas, falecidas ou fictícias para favorecer ou prejudicar candidaturas.

“O responsável pela propaganda não pode deixar de infor-



Foto: Assessoria/TSE

TSE editou normas para utilização da IA nas eleições deste ano

mar, de modo explícito, destacado e acessível, que o conteúdo foi fabricado ou manipulado e qual tecnologia foi utilizada”, reforça Fabrício Bruno.

A legislação também impede que sistemas de inteligência artificial recomendem ou ranqueiem candidatos, além de proibir publicidade eleitoral com violência política contra a mulher.

O descumprimento das regras pode gerar consequências graves para partidos e candidatos. Segundo Fabrício Bruno, conteúdos irregulares podem ser removidos por plataformas ou por decisão judicial, além de ha-

ver risco de cassação de registro ou mandato, dependendo da gravidade da infração.

“Diante desse cenário de disputa eleitoral na internet, penso que há uma tendência no aumento de processos eleitorais, especificamente em relação à propaganda”, afirma.

A Justiça Eleitoral também poderá recorrer a parcerias com universidades para perícia digital de conteúdos suspeitos. Em determinados casos, o ônus de comprovar a veracidade do material poderá ser invertido, cabendo ao autor demonstrar sua autenticidade.

IA democratiza comunicação política

Se por um lado há preocupação com abusos, por outros especialistas destacam ganhos importantes trazidos pela tecnologia para campanhas eleitorais. Para o diretor de marketing do Grupo Fórum Negócios, Gabriel Corrêa, a inteligência artificial amplia o acesso à comunicação política profissional.

“A IA vem para democratizar o uso de comunicações e materiais que antes só eram possíveis

com a contratação de equipes grandes e campanhas caras, possibilitando que candidatos menores possam fazer sua campanha com materiais inovadores”, explica. Ele ressalta, porém, que a tecnologia não substitui o trabalho estratégico de comunicação.

“Não é sobre fazer tudo com IA. Ela facilita a produção de textos, roteiros e designs, mas não dispensa a necessidade de um profissional da área”, pontua.

Foto: Reprodução/OAB



Fabrício Bruno, pres. da comissão de direito eleitoral da OAB

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

Segmentação e velocidade redefinem as estratégias

A principal transformação provocada pela inteligência artificial está na capacidade de produzir conteúdos personalizados em larga escala e em tempo reduzido. Segundo o diretor de arte do Grupo Fórum Negócios, Pedro Menezes, a hipersegmentação é uma das principais vantagens estratégicas para as campanhas.

“A IA permite desdobrar uma única diretriz de campanha em dezenas de variações que conversam com nichos específicos, adaptando linguagem e apelo visual para diferentes realidades regionais ou sociais, sem perder unidade visual”, explica.

Ele destaca que o uso adequado da tecnologia está justamente em apoiar o processo criativo, sem substituir a figura humana do candidato. “O segredo é usar a IA na infraestrutura da criação e não na simulação da realidade”, afirma.

Outro impacto importante está na leitura do comportamento do eleitorado e na otimização de anúncios digitais. Segundo o head



Diretor de marketing do Grupo Fórum Negócios, Gabriel Corrêa

de Growth do Grupo Fórum Negócios, Rubens Silva, a inteligência artificial permite compreender melhor o perfil do público e ajustar estratégias com rapidez.

“Hoje conseguimos fazer análise de dados por geolocalização e idade e modelar os criativos conforme o público. Isso ajuda a maximizar o alcance sem violar as

regras do TSE”, explica. Ele observa, porém, que o uso inadequado dessas ferramentas pode resultar em punições severas.

“As plataformas de anúncios estarão muito mais rigorosas com conteúdos políticos. Ter um profissional capacitado é essencial para garantir uma campanha dentro das normas”, afirma.

Deepfakes e desinformação ampliam riscos

Apesar dos benefícios estratégicos, especialistas apontam que o principal desafio das campanhas de 2026 será lidar com o avanço das chamadas deepfakes e conteúdos manipulados com aparência realista. Para Gabriel Corrêa, a evolução das ferramentas torna cada vez mais difícil identificar materiais falsificados. “As inteligências que antes apresentavam erros visíveis agora lidam muito melhor com a geração de imagens e áudios. É preciso um olhar treinado para identificar”, alerta.

Pedro Menezes reforça que o desafio atual deixou de ser apenas produzir conteúdo em grande escala. “O foco mudou de escala para escala e veracidade. Com a democratização das IAs gerativas, qualquer pessoa produz conteúdo com aparência profis-

sional, o que polui o ecossistema com desinformação”, afirma.

Entre as medidas adotadas para conter abusos, o TSE mantém parcerias institucionais com o Senado e com universidades para monitoramento de conteúdos suspeitos e fortalecimento do Programa de Enfrentamento à Desinformação. Perfis falsos e bots utilizados para espalhar informações falsas podem ser retirados do ar por decisão judicial, e plataformas devem disponibilizar canais de denúncia para irregularidades eleitorais.

Além disso, permanece proibida a contratação de influenciadores mediante pagamento ou premiações para propaganda eleitoral, bem como o uso de rankings ou recomendações automatizadas por sistemas de inteligência artificial.

Profissionalização das campanhas será decisiva

Com o avanço tecnológico e o endurecimento das regras, especialistas apontam que a presença de equipes qualificadas será determinante para o sucesso eleitoral. Para Rubens Silva, operar campanhas com inteligência artificial sem conhecimento técnico pode representar risco jurídico significativo. “Hoje a campanha só será realmente saudável e dentro das normas se houver alguém

que entenda o que está fazendo”, afirma.

Na avaliação de Fabrício Bruno, o cenário aponta para um pleito mais tecnológico, mas também mais judicializado. Entre inovação e controle institucional, as eleições de 2026 devem consolidar um novo padrão de disputa política no Brasil — onde criatividade digital e responsabilidade legal caminham lado a lado.

IDEARTE 15 ANOS | **PRÓXIMAS ATRAÇÕES**

08
ABR



TEATRO RIACHUELO NATAL

06
MAI



TEATRO RIACHUELO NATAL

09
MAI



TEATRO RIACHUELO NATAL

05
JUN



TEATRO RIACHUELO NATAL

17
OUT



TEATRO RIACHUELO NATAL

INGRESSOS EM

uhuj.com

BILHETERIA DO TEATRO

@IDEARTEENTRETIENIMENTO

WWW.GRUPOIDEARTE.COM.BR

REGRAS

“Conteúdo produzido por IA”

Todo conteúdo eleitoral criado ou alterado por IA deve exibir aviso claro e visível para evitar enganos com montagens realistas.

IA pode recomendar voto?

Não. Provedores de IA estão proibidos de ranquear ou favorecer candidatos, com planos de conformidade e canais de denúncia obrigatórios.

IA proibida 72 horas antes

Proibido postar conteúdo IA com voz ou imagem de candidatos 72h antes da eleição e 24h após; plataformas devem remover imediatamente.

Como comprovar IA?

TSE pode usar parcerias com universidades para perícia; Justiça pode inverter ônus da prova, exigindo que o autor comprove veracidade.

Pagar influenciador?

Proibido contratar pessoas ou empresas por propaganda eleitoral paga, incluindo premiações; perfis falsos espalhando fake news podem ser banidos.

Pesquisa usa redes sociais para mapear derramamentos de petróleo no Brasil

LEVANTAMENTO ANALISOU DADOS DE 2019 A 2023 E INDICA POTENCIAL DE BAIXO CUSTO PARA VIGILÂNCIA AMBIENTAL

Foto: Reprodução / Agência Brasil

O uso do Instagram pode auxiliar no monitoramento em tempo real de derramamentos de petróleo no litoral brasileiro. A conclusão é de um estudo do Centro de Estudos do Mar da Universidade Federal do Paraná, publicado na revista científica *Ocean and Coastal Research*.

A pesquisa desenvolveu um protocolo para identificar, filtrar e georreferenciar publicações feitas por usuários da rede social. O método permite complementar sistemas tradicionais de vigilância ambiental com dados gerados espontaneamente pela população.

Foram analisadas postagens relacionadas ao desastre ambiental de 2019/2020 e a ocorrências mais recentes, entre 2022 e 2023. Ao todo, os pesquisadores validaram 312 registros de óleo em 170 localidades no primeiro período e 162 registros em 111 pontos no segundo.

No Rio Grande do Norte, já

foram identificados 24 pontos com manchas de óleo desde 2019, distribuídos em 10 localidades. Os casos se concentram principalmente no litoral Sul, com maior incidência em Nísia Floresta e Tibau do Sul. O litoral potiguar foi um dos mais afetados pelo desastre de 2019, que atingiu o Nordeste entre setembro e dezembro daquele ano. A região também é considerada vulnerável ao descarte irregular de resíduos no oceano devido à rota internacional do Atlântico Sul.

A pesquisa utilizou cerca de 50 hashtags em português, como #ManchasDeOleo e #OleoNoNordeste. Após a busca, os pesquisadores realizaram filtragem manual para confirmar se as imagens retratavam resíduos de petróleo na água, na areia ou em organismos marinhos.

Cerca de 90% das informações de localização foram obtidas a partir de legendas e comen-



No RN, já foram identificados 24 pontos com manchas de óleo desde 2019

tários, e não de geolocalização automática. Os dados foram anonimizados para preservar a privacidade dos usuários.

Segundo os autores, os registros obtidos pelas redes sociais se mostraram consistentes com dados científicos e permitiram identificar ocorrências não registradas por sistemas oficiais.

Uso da ciência cidadã

O estudo destaca o potencial da chamada ciência cidadã passiva, que utiliza informações compartilhadas pelo público para ampliar a coleta de dados. A estratégia permite cobertura em larga escala com baixo custo, especialmente em áreas extensas ou com pouca fiscalização.

Os pesquisadores também desenvolvem um novo projeto com uso de inteligência artificial para monitorar o aparecimento da caravela-portuguesa no litoral brasileiro. A proposta é cruzar dados de redes sociais com informações meteorológicas para prever ocorrências e reduzir riscos à população.



#AQUI É CLUBE

TÁ NA CLUBE TÁ BOM DEMAIS

Clube 106.3 fm

clube.fm @clubenatal

Jornal do Dia

É na TV do povo potiguar.

JD

De segunda
a sexta

13h25

com
Lídia Pace

Assista ao vivo pela TV,
canal 13.1, ou pelo YouTube
da TV Ponta Negra.



tv ponta negra



CNJ determina que TJRN passe a monitorar “indústria limpa nome”

CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA IMPÕE REGRAS PARA EVITAR QUE LIMINARES ESCONDAM PROTESTOS DE DEVEDORES; TRIBUNAIS PODEM TER “ESCONDIDO” R\$ 62 BILHÕES EM DÍVIDAS; JUSTIÇA POTIGUAR NEGA EXISTÊNCIA DE PROCESSOS DEFERIDOS NO ESTADO

Após o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluir o Rio Grande do Norte e outros oito estados (São Paulo, Paraíba, Piauí, Maranhão, Alagoas, Ceará, Amazonas e Pará) em uma ofensiva contra a chamada “indústria limpa nome”, um esquema que, nacionalmente, já teria “escondido” R\$ 62,1 bilhões em dívidas, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) informou que não foram encontrados processos ativos em que o Judiciário potiguar tenha determinado a ocultação de nomes de devedores no mercado de crédito.

Apesar da negativa sobre a existência de ordens de ocultação vigentes, o TJRN já se adequou às novas diretrizes de transparência exigidas pelo CNJ. Em 11 de março, a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ/RN) protocolou o Provisório n. 02/2026, que institui a obrigatoriedade de comunicação prévia por parte de tabelionatos de

pro-testo e órgãos como o Serasa sobre qualquer decisão judicial que determine a suspensão de publicidade de dívidas.

A medida do CNJ visa combater ações judiciais, muitas vezes movidas por “associações de fachada”, que buscam remover informações de inadimplentes das plataformas de consulta de crédito. Segundo o TJRN, as solicitações dessa natureza identificadas no estado foram julgadas improcedentes, resultando, em alguns casos, em condenações dos autores por litigância de má-fé.

Agora, o TJRN deve intensificar o monitoramento por meio de seu Núcleo de Ações Coletivas (NAC) e do Centro de Inteligência do Poder Judiciário (CIJ/RN). O objetivo é identificar padrões de litigância predatória e reportar os achados diretamente à Corregedoria Nacional.

A preocupação da Corregedoria Nacional de Justiça baseia-se



Foto: Rômulo Serpa / Agência CNJ

CNJ investiga a ocultação de dívidas em diversos tribunais de Justiça

em um “apagão de dados” que compromete a segurança jurídica e induz credores ao erro. Entre 2021 e 2025, o levantamento dos Cartórios de Protesto do Brasil apontou que 2,9 milhões de dívidas foram ocultadas por decisões judiciais no país, afetando 66 mil credores. Desse total, cerca de R\$ 20,8 bilhões referem-se a créditos devidos a órgãos públicos. Desde

2023, o Conselho Nacional investiga a ocultação de dívidas. A apuração, que inicialmente focava em cortes de São Paulo, Piauí, Paraíba e Pernambuco, identificou irregularidades na transparência de dados financeiros e judiciais que deveriam ser públicos. Levantamentos indicam que débitos foram bloqueada por 62 decisões judiciais proferidas em âmbito nacional, o que com-

prometeu a visibilidade de passivos financeiros significativos nos últimos cinco anos. O relator do caso, ministro Mauro Campbell, destacou que essas práticas representam uma “grave ameaça à higidez do ambiente de crédito no país”. Embora o CNJ ainda não tenha dados específicos sobre o no Rio Grande do Norte, o novo monitoramento servirá para colher dados precisos sobre os padrões locais.

Os tribunais atingidos pela decisão têm um prazo de 60 dias para consolidar as normas de comunicação prévia à Corregedoria-Geral de Justiça local. O descumprimento pode resultar na abertura de procedimentos administrativos disciplinares contra magistrados ou gestores. O CNJ esclareceu, contudo, que as medidas são preventivas e não interferem na autonomia dos juízes para conceder tutelas de urgência, desde que respeitados os novos fluxos de transparência.

RESTITUIÇÃO SOLIDÁRIA



Declare seu carinho pelas crianças e idosos de Natal

Mais informações, fale com Estela!



Você direciona parte do seu Imposto de Renda para uma causa social sem nenhum custo a mais.

84 3232-4900

ENTRE EM CONTATO COM O SEU CONTADOR



SEMTAS SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA CMPI NATAL/RN





RODRIGO Loureiro

“O sucesso é ir de fracasso em fracasso sem perder o entusiasmo.”
 Winston Churchill

VIVA JOÃO DIAS

O bancário aposentado João Dias comemorou idade nova em clima de festa dupla, do jeitinho que ele merece. No dia 26 de março, ganhou celebração especial oferecida pelo amigo-irmão Fernando Vila, com tudo orquestrado pela esposa, Conceição. No dia seguinte, foi a vez de reunir família e amigos mais chegados a bordo de um catamarã, em um lindíssimo passeio pelo Rio Potengi, rendendo cenas dignas de cartão-postal, incluindo nosso mais belo pôr do sol. A coluna marcou presença nos dois momentos e traz cliques desses dias de puro afeto, gratidão e muitos brindes à nova idade.



Renata, Conceição e Gustavo Vila



João Dias com as filhas Izabeline e Micheline



O casal Conceição e Fernando Vila com o aniversariante João Dias e os cantores Fernando Luiz e José Orlando



João Dias sendo ladeado por Dadá Costa e Neísa Fernandes

HILNETH CELEBRA

A coluna já entra em clima de festa para anunciar o aniversário da querida Hilneth Correia, no próximo dia 9 de abril, quinta-feira, em tarde/noite de adesão que também celebra a Páscoa, tempo de renascimento e renovação. Sempre grata à vida e ao recomeço, Hilneth convida os amigos para brindarem juntos essa fase especial, em parceria com o Olimpo Prime e Luciano Almeida. O Harmonium recebe a noite, e a pista promete ferver ao som dos DJs Arthur e do performático DJ-cantor Davi Castelly, que vão tirar todo mundo das mesas. As senhas já estão à venda em Tota Tabacaria, na Afonso Pena.

TUDO RESPIRA AQUI

A cena de artes visuais da cidade segue em destaque com a exposição “Tudo Respira Aqui”, 3ª mostra individual do artista Diego Dionisio, em cartaz no Centro Cultural Margem Hub, em Lagoa Nova, com entrada gratuita até o dia 2 de maio. Reunindo pinturas, desenhos, gravuras, instalação e vídeo-performance, o artista aborda racismo ambiental, decolonialidade e a força das comunidades que plantam onde o Estado não chega, usando tintas vegetais e geotintas feitas a partir de solos e plantas de feiras, trilhos e quintais do Agreste. Com curadoria de Sanzia Pinhei-

ro, produção de Paula Lima e do Margem Hub e financiamento pelo Edital de Fomento às Artes Visuais 09/2024 – PNAB/RN, a mostra conta ainda com audiodescrição e visita mediada, garantindo acessibilidade e uma experiência sensorial ampliada ao público.

IMERSÃO

A GMSer Desenvolvimento Humano mira um dos grandes gargalos de produtividade das empresas brasileiras – a falta de liderança estruturada – e abre inscrições para o programa TBL – Transforme Bons Profissionais em Líderes. Com início em 8 de abril, a imersão de oito semanas trabalha rituais de gestão e indicadores como CAC e ROI, focando em reduzir o temido “custo do retrabalho” e a sobrecarga dos fundadores. Diferente dos cursos apenas teóricos, os participantes desenvolvem um projeto prático para atacar problemas reais de suas empresas. Com apenas 20 vagas, o treinamento tem inscrições abertas via @gmserbrasil.

SEMANA S

A coluna agradece o convite para o lançamento da programação da Semana S no Rio Grande do Norte, promovido pelo Sistema Fecomércio RN,

Sesc e Senac, sob a presidência de Marcelo Fernandes de Queiroz. O encontro acontece nesta terça, 7 de abril, às 8h30, na sede da Fecomércio RN, em Lagoa Nova. O evento nacional, gratuito, será realizado em maio e promete uma agenda robusta de lazer, cultura, saúde e conhecimento para empresários, trabalhadores do comércio e toda a população potiguar. Uma prévia elegante do que vem por aí no calendário do setor.

MARINA ELALI

A coluna registra o clima de fé e emoção no novo passo da trajetória de Marina Elali, que escolheu o Domingo de Páscoa para lançar o clipe do lullaby “Escudo”, segundo single do projeto “A Voz que Vem de Deus”. A canção, um clássico da música religiosa e pedido antigo dos fãs, ganhou versão completa em clipe gravado na Praia da Pipa, cenário de beleza ímpar na terra natal da artista, o Rio Grande do Norte. Emocionada, Marina dedica o trabalho ao irmão e reforça a fase de profunda gratidão e conexão espiritual iniciada com “Deus Chegou”. Com lançamentos mensais previstos ao longo do ano e um álbum para o fim de 2026, todos em locações potiguares, a cantora celebra fé, raízes e propósito em mais de duas décadas de carreira brilhante.

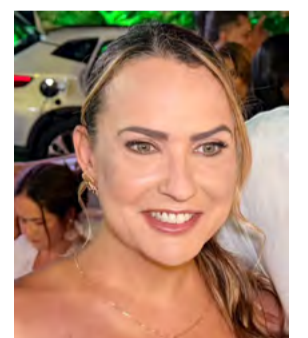
PARABÉNS



Sandra Elali



Marina Elali



Valéria Gurgel



Flávia Guedes



Em clima de abertura do OLÍ Gastrô no América, Luciano Almeida recebendo Padre Motta, Zoraide Souto e Edineuba Barbosa



Primeira-dama de Natal, Nina Souza em pose com a advogada Adriana Faustino durante encontro da BPW NATAL.



As sobrinhas Ana Cristina, Márcia e Cíntia Maia, celebrando o aniversário da ex-vereadora Lindalva Maia

Foto: Reprodução/JFRN



O imóvel, com cerca de 1.600 hectares, é utilizado para pesquisa agropecuária desde 1983

Justiça Federal volta a negar reintegração de área ocupada pelo MST em Pedro Avelino

DECISÃO MANTÉM MEDIDAS PROVISÓRIAS E TENTATIVA DE ACORDO EM ÁREA DE PESQUISA DA EMBRAPA OCUPADA DESDE JUNHO DE 2025

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) manteve a decisão que negou o pedido de reintegração imediata de posse de uma área da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no município de Pedro Avelino. A decisão, assinada pelo desembargador Cid Marconi Gurgel de Souza, também reforça a adoção de medidas conciliatórias no conflito com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A estatal recorreu contra decisão da 11ª Vara Federal, que, em 2025, já havia negado liminar para retomada total da área ocupada. O imóvel, com cerca de 1.600 hectares, é utilizado para pesquisa agropecuária desde 1983.

Segundo a Embrapa, a ocupação ocorreu em junho de 2025 e tem causado prejuízos à pesquisa, ao manejo de rebanhos e à infraestrutura do local. A empresa também relatou danos ambientais, riscos sanitários e problemas de segurança.

Na decisão mantida pelo TRF5, o desembargador adotou medidas para administrar o conflito. Entre elas, a manutenção de uma área de dois hectares cultivada por integrantes do MST e a liberação de espaços para atividades da Embrapa e da Emparn, voltadas à alimentação animal.

O magistrado também determinou a apresentação de um plano de manejo dos rebanhos e a realização de nova tentativa de conciliação entre as partes.

liação entre as partes.

Ao analisar o recurso, o desembargador destacou que o caso envolve um conflito fundiário coletivo e deve seguir diretrizes já estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal, como a priorização de soluções consensuais e a atuação de instâncias de mediação.

Para o relator, não há ilegalidade na decisão de primeira instância, que buscou equilibrar interesses ligados à pesquisa científica e às demandas sociais por acesso à terra. Ele ressaltou que o processo segue com audiências e tentativas de acordo em andamento. Com isso, o pedido de efeito suspensivo no agravo foi negado. O mérito da ação ainda será analisado após a instrução do processo.

Mais de 1,1 mil famílias assentadas em 2025

O Rio Grande do Norte assentou 1.198 famílias por meio da reforma agrária em 2025. O número representa aumento de 133% em relação a 2024, quando 512 grupos foram beneficiados. A desapropriação de terras foi o principal instrumento utilizado no estado durante período analisado.

Dos assentamentos realizados no último ano, 1.089 ocorreram por meio de desapropriações. A adjudicação – transferência legal de bens – beneficiou 40 famílias, enquanto a compra e venda de terras atendeu 27 grupos. Os dados foram compilados pela Agência Fiquem Sabendo, após solicitação via Lei de Acesso à Informação ao Instituto Nacional de Colonização

e Reforma Agrária (Incra).

O histórico estadual aponta que 36.762 famílias receberam terras desapropriadas entre os anos de 1995 e 2025. O ano de 1999 registrou o maior número histórico, com 4.369 famílias beneficiadas no estado.

Os menores índices locais foram registrados entre os governos dos presidentes Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022). Apenas 15 famílias receberam propriedades em 2016. Os anos de 2017 e 2019 atenderam somente 9 e 14 grupos rurais, respectivamente.

Outro dado interessante é que, apesar do aumento de famílias beneficiadas, há uma forte queda na

quantidade de hectares desapropriados no Rio Grande do Norte. O volume passou de 23 mil hectares em 1995 para 909 hectares em 2025. Além disso, entre 2017 e 2025, o INCRA não desapropriou terras no estado.

Em nota, o Incra informou que a destinação de terras à reforma agrária não envolve somente a desapropriação de áreas (v. Decreto nº 11.995/2024). O órgão realiza, de forma permanente, estudos e projeções considerando diferentes variáveis (a exemplo de concentração de acampados e áreas de conflito), visando à incorporação de famílias ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).



TOQUE DE LETRA

Diego Breno
jornalistaesportivodb@gmail.com

O DIVÓRCIO NO ABC

Olá, pessoal! Em qualquer relacionamento, a confiança é o fio que sustenta o edifício. Quando as promessas de “dias melhores” se tornam frases vazias, o encanto se quebra. A torcida, que aceita as fases ruins na saúde e na doença, cansou e enxerga que Eduardo Machado passou a ignorar os sinais de desgaste. Já o presidente finge que não vê. Embora arriscado, insistir em uma união onde o diálogo deu lugar ao protesto é prolongar uma agonia. Diante de um término necessário, é preciso dignidade para entender que já não existe mais relação alguma entre os envolvidos. Se, de um lado, ninguém cogita o fim, do outro o ponto final já está estabelecido.

HORROROSO

Enquanto a relação está mais do que estremecida entre torcida e presidente, imaginem com o time. Com todo o respeito, mas é inadmissível aceitar esta derrota para o MaguaryPE. A justificativa diante do gol mal anulado é mais do que válida. Porém, não há justificativas para a passividade dos jogadores diante de uma atuação mais horrorosa, quase idêntica àquelas de times montados num passado não tão distante do alvinegro. Não adianta focar na Série D se não conseguem fazer o mínimo. Difícil.

TRANQUILO ATÉ DEMAIS

A vitória do América sobre o SousaPB mostra o porquê o time de Ranielle Ribeiro é um dos favoritos a ir longe na competição. O alvirrubro resolveu a situação ainda no primeiro tempo e poderia ter ampliado mais o placar se assim o quisesse. Independente disso, o que mais gostei foi o fato de que o América fez aquilo que se espera numa Série D: se impôs, jogou bem e fez valer o fator casa. Que a caminhada alvirrubra se mantenha assim.

ESTREIA DO LAGUNA

O Laguna foi mais um clube potiguar a entrar em campo nesta Série D e conseguiu um empate diante do CentralPE ontem, lá no Frasqueirão. Apesar da reformulação feita no time, o que mais transpareceu no jogo é que esse elenco está longe de ser aquele que deu trabalho no ano passado a ABC e América — por exemplo. Ainda é cedo para afirmar qualquer coisa, mas as perspectivas do Laguna na competição não são tão boas.

UMA BAITA VITÓRIA

Pelo Brasileiro A3, o União conseguiu uma vitória maiúscula sobre o MixtoPB, que deu a chance de dividir a liderança do grupo A7. Foi o melhor jogo do time potiguar até aqui. A conquista fez com que o União desse um passo importante em busca da classificação, já que o Ipojuca acabou vencendo o R4. Agora, o time terá uma semana para seguir nos ajustes até enfrentar novamente as paraibanas, dessa vez lá no estádio Almeida, em João Pessoa.

RN NA SÉRIE PRATA

E começou a Liga Nacional de Futsal Série Prata. Desde a sexta-feira (02) a bola rolou nas quadras, mas o RN entrou em quadra apenas ontem. O América foi até o Paraná e encarou o Chopinzinho, onde conseguiu arrancar um empate em 3x3. Na próxima quarta-feira será a vez do outro representante potiguar, o Apodi, que vai até o Rio Grande do Sul para enfrentar o Vélez Camaquã. Importante lembrar que todos os jogos são transmitidos no canal da LNF no YouTube.

QUATRO ANOS DE TOQUE DE LETRA

Não tem como não encerrar a coluna de hoje sem falar da existência do Toque de Letra. Já são quatro anos neste espaço aqui no Novo Notícias, onde agradeço imensamente a oportunidade todos os dias e, claro, a você, leitor, que está por aqui desde o dia 4 de abril de 2022. As segundas se tornaram especiais, pois são nelas que posso, do meu jeito, escrever sobre aquilo que me fascina. Vivas ao Toque de Letra! Bom, vou ficando por aqui. Ótima semana e cuidem-se bem!

Foto: Divulgação



O espetáculo "Terapia", protagonizado pelo ator Marcelo Serrado, será apresentado em Natal nos dias 11 e 12 de abril

Marcelo Serrado apresenta a comédia "Terapia" no Teatro Alberto Maranhão

ATOR INTERPRETA PERSONAGEM QUE EXPÕE EPISÓDIOS DE ANSIEDADE, CRISES E DILEMAS DO COTIDIANO

O espetáculo "Terapia", protagonizado pelo ator Marcelo Serrado, que mistura sátira e improviso para conduzir o público por uma jornada hilária (e, às vezes, dolorida) pela mente de um homem à beira de um ataque de nervos, será apresentado nos dias 11 e 12 de abril, no Teatro Alberto Maranhão, com horários às 20h no sábado e às 18h no domingo.

No palco, o ator interpreta um personagem que expõe episódios de ansiedade, crises pessoais e dilemas do cotidiano. A proposta é abordar temas ligados

à saúde mental de forma leve. O texto reúne histórias inspiradas em experiências do próprio ator, incluindo situações de pânico e momentos de tensão. A narrativa também incorpora interações com o público ao longo da apresentação.

A peça é um retrato escachado de um momento delicado da vida. Durante o monólogo, Serrado se conecta com a plateia através de piadas afiadas, interações espontâneas, histórias tragicômicas e até uma sessão de hipnose ao vivo.

Segundo o ator, a inspiração

para falar do assunto no teatro surgiu após um episódio de crise de ansiedade antes de entrar em um avião. Na ocasião, ele cogitou voltar de carro da Flórida para o Brasil, mas como era impossível, precisou encarar o medo. Com a ajuda de um passageiro que estava ao seu lado, o ator conseguiu passar pela situação. "Esse cara ficou mais de quatro horas conversando comigo. Esse cara me salvou. Sem ele saber, ele me salvou", declarou Serrado.

Ao longo do espetáculo, ele pergunta quem já fez terapia e se surpreende com a quantidade

de mãos levantadas. O momento também é usado para relembrar quão importante é buscar um tratamento. "Saúde mental não é uma coisa de classe média, é de todas as classes. Não é frescura", aponta.

Durante a apresentação, o ator também propõe reflexões sobre o acesso à terapia. A peça destaca que o tema não deve ser restrito a grupos específicos e reforça a necessidade de ampliar o debate. Os ingressos estão à venda pela internet, com valores a partir de R\$ 45 (meia-entrada) e R\$ 90 (inteira).

Espetáculo "Tom na Fazenda" retorna a Natal com apresentações em maio

O espetáculo "Tom na Fazenda" volta a Natal para duas apresentações nos dias 2 e 3 de maio, no Teatro Alberto Maranhão. As sessões estão programadas para as 19h, com ingressos à venda pela internet.

A montagem é baseada na obra do dramaturgo canadense Michel Marc Bouchard e tem direção de Rodrigo Portella. O elenco reúne Armando Babaióff, Denise Del Vecchio, Iano Salomão e Camila Nhary.

A peça acompanha a história de Tom, um publicitário que viaja para o interior após a morte do companheiro. No local, ele descobre que a família desconhecia sua existência e passa a integrar uma rede de conflitos marcada por se-



Desde a estreia, em 2017, o espetáculo mantém temporadas em diferentes cidades brasileiras e no exterior

gredos e tensões familiares.

A encenação utiliza poucos elementos cênicos. O palco é coberto por lona com água e lama, criando um ambiente instável para os atores. O recurso reforça a am-

bientação rural e intensifica os conflitos da narrativa.

Segundo o diretor, o texto aborda relações familiares e tensões sociais em um ambiente íntimo. A classificação indicativa é de

18 anos, e a duração do espetáculo é de aproximadamente duas horas.

A montagem passou recentemente pelo Festival de Edimburgo, na Escócia, com 23 apresentações. O espetáculo também registrou temporada em Paris, no Théâtre Paris-Villette, onde atingiu recorde de público e bilheteria para o espaço.

Além disso, a peça já foi apresentada em países como Canadá, França, Reino Unido, Suíça e Bélgica.

A produção circula pelo país com incentivo da Lei Rouanet, patrocínio da Petrobras e realização do Ministério da Cultura. Desde a estreia, em 2017, o espetáculo mantém temporadas em diferentes cidades brasileiras e no exterior.

RN RECEBE R\$ 11 MILHÕES PARA AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA DO LEITE

Uma parceria entre o Governo do Brasil e o Governo do Rio Grande do Norte vai garantir a ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade PAA-Leite no estado, tendo como foco a promoção da segurança alimentar e nutricional entre famílias em situação de vulnerabilidade.

Ao todo, serão investidos R\$ 11,87 milhões. Desse total, serão R\$ 9,5 milhões em recursos federais e R\$ 2,37 milhões em contrapartida do Governo do Estado. Os recursos serão aplicados na compra de mais de 2,6 milhões de litros de leite de 430 famílias agricultoras. O volume de leite beneficiará 11 mil famílias em situação de insegurança alimentar, atendidas por 100 entidades socioassistenciais em 100 municípios potiguares.

Além do Rio Grande do Norte, o PAA-Leite receberá recursos para ampliação da compra e distribuição do produto nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Sergipe.

Em todo o país, serão investidos mais de R\$ 156 milhões, sendo R\$ 121 milhões em recursos federais e R\$ 31,6 milhões em valores de contrapartida dos estados.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública de promoção da segurança alimentar e nutricional que tem duas finalidades centrais: promover o acesso das pessoas à alimentação saudável, sobretudo as mais vulneráveis, e incentivar a produção da agricultura familiar.